

Sancionado o fim do quinquênio

Novo ordenamento jurídico atinge 170 mil servidores estaduais. Governador fica permitido a reduzir, em até 25%, a carga horária de servidores que concordarem

Raphael Bezerra

O novo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Goiás foi sancionado e publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás (DOE) nesta quinta-feira (29). A medida que retirou a licença prêmio e o quinquênio dos servidores públicos estaduais foi aprovado na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) no final de dezembro sob forte discussão e pressão dos servidores públicos. A novidade nos estatutos é a criação da licença para capacitação, auxílio alimentação, assistência pré-escola e licença paternidade que atinge cerca de 170 mil servidores no Estado.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Estado de Goiás (Sindipúblico), Nylo Sérgio, diz que o Governo de Goiás não dialogou com as categorias para ouvir as demandas da classe. Durante a tramitação do projeto na Alego, foi articulada a retirada



Projeto de lei sancionado pelo governador foi aprovado pelos deputados em dezembro do ano passado

dos servidores do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, atingindo somente servidores de carreira do Executivo estadual. Ele fala ainda sobre a possibilidade de redução da carga horária dos servidores em até 25% com a diminuição proporcional de salários.

A matéria sancionada pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), revoga o estatuto anterior, que é de fevereiro de 1988, e apresenta uma série de modificações em regras, como o fim da licença-prêmio, benefício que

permite aos servidores públicos três meses de descanso a cada cinco anos de efetivo trabalho. A proposta recebeu 11 votos contrários e 26 favoráveis na Alego. A votação não foi nominal, mas se posicionaram contrários os deputados Lêda Borges (PSDB), Adriana Accorsi (PT), Hélio de Sousa (PSDB), Major Araújo (PSL), Alysson Lima (Republicanos), Lucas Calil (PSD), Cláudio Meirelles (PTC), Karlos Cabral (PDT), Delegado Humberto Teófilo (PSL), Virmondes Cruvinel (Cidadania) e De-

legado Eduardo Prado (PV).

No lugar da licença-prêmio, a proposta prevê a licença para capacitação. A ideia do governo é condicionar o benefício de 90 dias à comprovação de ao menos um curso de qualificação profissional nesse período. Nylo critica a licença premiação, pois, segundo ele, há uma previsão legal para cursos de qualificação. "A licença prêmio é uma das grandes perdas que vislumbramos com o novo regimento, uma vez que ela foi convertida em licença capacitação, não acreditamos que

uma licença de 90 dias possa trazer um grande aprendizado ao serviço público, até porque há outras licenças para capacitação de maiores durações que já tinha resguardado esse direito.

De acordo com a nova legislação, o período de licença não será cumulável e o projeto impede ainda que o servidor possa transformar o benefício em dinheiro. Antes da alteração, caso o servidor não usufruísse da licença-prêmio, pode requerer, depois, recebê-la em dinheiro.

Retirado, quinquênio foi ponto alto das discussões

O benefício aos servidores públicos conhecido como quinquênio, atingia cerca de 40 mil servidores de Goiás, segundo dados do Sindipúblico. Houve uma articulação para que a extinção do benefício

fosse retirada do projeto, mas o destaque não foi acatado pelo presidente da Alego, deputado Lissauer Vieira (PSB). O quinquênio trata de um adicional de 5% sobre os vencimentos ou a remuneração do

cargo efetivo a cada cinco anos de efetivo serviço público e que é incorporado à aposentadoria do servidor ou pensão.

Os cálculos da Secretaria de Administração (Sead) apontam que a economia aos cofres

públicos ficará entre R\$ 512 milhões e R\$ 1 bilhão e 700 milhões até 2025. Somente com pagamento de quinquênios, a perspectiva de redução de custos é de R\$ 83,7 milhões até 2025.

Na justificativa do gover-

no, o projeto "se trata de um conjunto de medidas de ajuste necessário ao alcance da completa reorganização administrativa, financeira e previdenciária que se tenciona atingir em Goiás".

"Diálogo só aconteceu com os deputados", aponta Nylo

O presidente do Sindipúblico criticou a postura do Governo Estadual em furtar aos diálogos com os representantes de classe. Segundo ele, os sindicatos só tiveram ciência da proposta após a apresentação do projeto na Assembleia. "O diálogo que tivemos foi apenas com os parlamentares que tentaram as alterações, mas os pontos que pedimos, não foram atendidos. Isso afeta muito a questão de confiança do servidor com o governo, uma vez que não foi chamado os representantes de classes, mais de 170 mil servidores e cidadãos", pontua.

Para ele, há um claro ataque dos governos contra a categoria dos servidores públicos. "Eu vejo como um contra senso, os governantes têm que caminhar ao lado dos servidores, uma vez que eles são os braços dos governantes nos estados e municípios. Não é só o governador e secretário que realizam ações, são os servidores na ponta que estão nos 246 municípios goianos e nos 5 mil municípios do Brasil. As políticas contra o servidor tem sido gigantescas, principalmente na retiradas de direitos, retirada de planos de cargos", critica. (Especial para O Hoje)



Representante dos servidores criticou a postura do governo em furtar aos diálogos